



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E DE PRIVACIDADE

**CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE
TORRES VEDRAS, CRL**



FEVEREIRO DE 2025

I. CONTROLO DE VERSÕES

| Versão | Data | Nome | Alteração |
|--------|------------|---|-----------------------------------|
| 1.0 | 27/06/2023 | Política de Proteção de Dados e Privacidade | |
| 2.0 | 25/02/2025 | Política de Proteção de Dados e Privacidade | Alterações de conteúdo e de forma |

II. PROCESSO DE APROVAÇÃO

| Órgão / Unidade de Estrutura (UE) | Opinião / Parecer | Aprovação | Data |
|-----------------------------------|-------------------|-----------|------------|
| Conformidade | | | |
| Gestão de Riscos | | | |
| Auditoria Interna | | | |
| Conselho de Administração | | ✓ | 25/02/2025 |
| Conselho Fiscal | | | |
| Assembleia Geral | | | |

III. PROCESSO DE DIVULGAÇÃO

| Nível de divulgação | Confidencial | Restrita | Pública |
|--|--------------|----------|----------|
| | | | ✓ |
| Meios de divulgação | Comunicado | Intranet | Internet |
| | | ✓ | ✓ |
| Órgãos / U.E. com acesso e notificação | | | |

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| ÂMBITO | 6 |
| QUEM SOMOS? | 6 |
| FINALIDADES DOS TRATAMENTOS DE DADOS PESSOAIS | 6 |
| FUNDAMENTOS DE LICITUDE PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS | 8 |
| DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS | 8 |
| PRAZOS DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS | 10 |
| DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS | 10 |
| ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E DE PRIVACIDADE | 11 |

ÂMBITO

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, C.R.L. (doravante, “CCAMTV”) tem como prioridade construir e preservar relações baseadas na transparência e na confiança com os seus clientes, fornecedores e demais titulares de dados pessoais.

Esta Política de Privacidade descreve quem somos, para que finalidades tratamos os seus dados pessoais, como os utilizamos e protegemos, com quem os podemos partilhar, durante quanto tempo os conservamos, bem como os meios disponíveis para nos contactar e exercer os seus direitos.

QUEM SOMOS?

Os dados pessoais serão tratados pela CCAMTV, pessoa coletiva n.º 501130322 com sede na Rua Santos Bernardes, n.º 16-A, 2560-362 Torres Vedras e com o número de telefone 261 339 300 (chamada para rede fixa nacional).

A CCAMTV é responsável pelo tratamento de dados pessoais que realiza no sentido em que tais expressões são definidas e utilizadas na legislação de proteção de dados pessoais.

FINALIDADES DOS TRATAMENTOS DE DADOS PESSOAIS

A CCAMTV trata dados pessoais para a prossecução das seguintes finalidades:

- a) **Comunicação e relacionamento com o cliente:** para gerir e fortalecer a relação com os seus clientes, assegurando a prestação de informações e o suporte necessário. Exemplos incluem o atendimento telefónico e por escrito para esclarecimento de dúvidas e prestação de informações relativamente a serviços bancários personalizados;
- b) **Gestão e mitigação de riscos bancários:** respeita à avaliação e controlo de riscos financeiros e operacionais para proteção dos ativos e da instituição. Exemplos incluem a análise da capacidade financeira de particulares e a monitorização dos utilizadores de risco provenientes do Banco de Portugal;
- c) **Operações bancárias:** para o processamento e gestão de operações financeiras dos clientes. Exemplos incluem a compensação de cheques e a resolução de casos anómalos em depósitos à ordem;

- d) **Gestão documental e arquivo:** para assegurar o armazenamento, a organização e a acessibilidade de documentos e informações. É o caso do arquivo de processos de crédito e da gestão de correspondência;
- e) **Gestão de seguros e sinistros:** para gerir seguros e tratar situações relacionadas com sinistros. Exemplos incluem a promoção de seguros e a gestão de participações de sinistros;
- f) **Auditorias e controlo interno:** para avaliar conformidade e desempenho levamos a cabo auditorias internas e externas. Exemplos incluem auditorias financeiras, contabilísticas e jurídicas;
- g) **Gestão de recursos humanos e recrutamento:** para o processamento de candidaturas e a gestão das relações laborais. Exemplos incluem a recolha de currículos de candidaturas e dossiers dos colaboradores.
- h) **Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BC/FT):** através de medidas e processos destinados a identificar e prevenir atividades ilícitas. Exemplos incluem a monitorização de conformidade com regulamentos de BC/FT e o controlo de transações suspeitas;
- i) **Gestão de Produtos e Serviços Bancários:** abrange a administração, promoção e melhoria de produtos financeiros. Por exemplo, inclui a reativação e cancelamento de cartões de débito, a formalização de contratos de crédito ao consumo e a análise e desenvolvimento de novos produtos financeiros;
- j) **Reporte e Transparência Institucional:** para garantir a prestação de contas e a comunicação precisa, detalhada e regular com as entidades reguladoras, os acionistas e outras partes interessadas. Inclui a elaboração e submissão de relatórios financeiros ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Fundo de Resolução, e a publicação de informações estatísticas e financeiras exigidas por regulamentos nacionais e internacionais;
- k) **Gestão de Reclamações:** gestão e resolução de reclamações tendo em vista a melhoria da experiência do cliente;
- l) **Gestão de Imóveis e Garantias:** administração de imóveis e garantias associadas a créditos. Exemplos incluem a gestão de imóveis adquiridos por crédito em incumprimento e o controlo de garantias hipotecárias;
- m) **Manutenção de Sistemas e Infraestruturas:** abrange atividades de suporte técnico e operacional para garantir a funcionalidade dos sistemas bancários. Por exemplo, a atualização de *softwares* de segurança para proteção de dados bancários e a manutenção de sistemas de automação do cofre noturno.

Qualquer reutilização dos dados pessoais para uma finalidade diferente é apreciada à luz dos critérios definidos no artigo 6.º, n.º 4 do RGPD.

FUNDAMENTOS DE LICITUDE PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

De acordo com a legislação aplicável de proteção de dados pessoais, dependendo da finalidade do tratamento em concreto, a CCAMTV pode tratar os seus dados pessoais com base nos seguintes fundamentos de licitude:

- a) Execução de um contrato ou realização de diligências pré-contratuais:** quando o tratamento de dados é necessário para garantir a prestação de serviços bancários contratados pelo cliente ou para realizar ações preparatórias à celebração de um contrato.
- b) Cumprimento de uma obrigação legal:** quando o tratamento de dados é obrigatório para que a instituição cumpra normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor bancário. Este fundamento aplica-se, por exemplo, à comunicação de informações financeiras e operacionais ao Banco de Portugal para efeitos de supervisão, bem como à preparação e envio de declarações fiscais em conformidade com a legislação tributária.
- c) Interesses legítimos prosseguidos pela CCAMTV ou por terceiros:** quando o tratamento de dados é necessário para a prossecução de interesses legítimos, desde que estes não se sobreponham aos direitos e liberdades dos titulares. Este fundamento aplica-se, por exemplo à gestão de reclamações e ao envio de comunicações aos clientes sobre os produtos ou serviços contratados. O titular dos dados pode solicitar informações adicionais acerca dos critérios aplicados pela CCAMTV para ponderar a aplicação do interesse legítimo através do e-mail protecaodedados@ccamtv.pt.
- d) Consentimento do titular dos dados:** em situações específicas e devidamente informadas aos titulares dos dados, o tratamento ocorre com base no seu consentimento livre, informado e explícito.

DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

No decurso da sua atividade, a CCAMTV pode transmitir dados pessoais a subcontratantes, responsáveis pelo tratamento, e outras entidades, assegurando

sempre o cumprimento das normas de proteção de dados aplicáveis. Entre estes destinatários encontram-se:

- a) **Entidades governamentais e judiciais**, como tribunais e autoridades competentes, no âmbito do cumprimento de obrigações legais e judiciais. É o caso do envio de informações para a Autoridade Tributária e Aduaneira, para cumprimento de obrigações fiscais relacionadas com as operações bancárias.
- b) **Entidades reguladoras**, como o Banco de Portugal, para cumprimento de obrigações regulatórias e de reporte. Por exemplo, partilhamos informações com o Banco de Portugal no âmbito do reporte prudencial, da gestão de imóveis adquiridos por incumprimento, e do reporte mensal sobre créditos ao consumo.
- c) **Prestadores de serviços externos**, contratados para apoiar a instituição em atividades especializadas, como suporte tecnológico e consultoria, incluindo a gestão do canal de denúncias.
- d) **Instituições financeiras**, envolvidas no processamento de transações e operações bancárias. Por exemplo, dados relacionados com a compensação de cheques são partilhados com outras instituições financeiras para assegurar a transferência correta de fundos.

DEFINIÇÃO DE PERFIS

No âmbito da sua atividade, a CCAMTV procede à definição de perfis de titulares dos dados nas seguintes situações:

- a) **Prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo**: de modo a garantir o cumprimento de obrigações, a CCAMTV procede à definição de perfis para avaliar o risco inerente às operações a realizar pelo cliente. Aquando da abertura de conta, e tendo em conta as opções que o cliente assinala no questionário para aquele efeito, a CCAMTV classifica o cliente como de alto, médio e baixo risco. Esta classificação é relevante porque, em regra, sendo de alto risco, ou médio risco, a conta deverá ser atualizada anualmente ou de dois em dois anos. Além disso, as contas de risco alto têm uma diligência reforçada.
- b) **Concessão de crédito (*credit scoring*)**: a definição do perfil de risco na concessão de crédito visa analisar a adequação e proporcionalidade da operação de crédito proposta ou solicitada em relação à capacidade financeira

do cliente. Assim, a decisão de conceder, ou não, crédito é tomada de forma diligente, responsável e adaptada à disponibilidade financeira do cliente.

A definição dos perfis referidos resulta na organização e sistematização de informação que serve de suporte ao cumprimento das obrigações legais da CCAMTV e ao apoio na decisão de concessão de crédito, incluindo as condições concretamente aplicáveis.

Caso pretenda obter mais detalhes sobre os processos de definição de perfis implementados pela CCAMTV, poderá entrar em contacto com o nosso Encarregado de Proteção de Dados através dos contactos indicados na presente Política de Proteção de Dados e de Privacidade.

PRAZOS DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A CCAMTV trata e conserva os dados pessoais exclusivamente para as finalidades específicas para as quais foram recolhidos, cumprindo com os prazos legais aplicáveis e os princípios da legislação de proteção de dados.

Em alguns casos, a legislação determina prazos específicos de conservação. Por exemplo, os dados pessoais relacionados com contratos e contas são conservados por 7 anos após o encerramento da conta ou término do contrato; os dados associados a reclamações são conservados por 3 anos após a conclusão das mesmas; e as imagens de videovigilância, são mantidas por 30 dias, após os quais são eliminadas permanentemente.

Sempre que existam obrigações legais específicas, como para declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, os dados pessoais poderão ser tratados por períodos mais longos.

Na ausência de prazos legais, a CCAMTV conserva os dados pelo período necessário para atingir as finalidades para os quais foram recolhidos. Findo o prazo de conservação aplicável ou os critérios usados para definir esse prazo, a CCAMTV compromete-se a eliminar, destruir ou anonimizar os dados pessoais.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

O titular dos dados pode, em qualquer momento, exercer um conjunto de direitos, nos termos e condições previstos na Lei. Entre esses direitos encontra-se o direito de oposição, frequentemente exercido em relação a certo tipo de comunicações, bem como

outros direitos como o direito de acesso, o direito ao apagamento, o direito à limitação do tratamento, o direito de retificação e o direito a retirar o consentimento a qualquer momento.

Estes direitos podem ser exercidos através do contacto do Encarregado da Proteção de Dados da CCAMTV (protecaodedados@ccamtv.pt) ou através de carta para o endereço postal, Rua Santos Bernardes, N.º 16-A, 2560-362 Torres Vedras.

Tem ainda o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados em <https://www.cnpd.pt/>.

ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E DE PRIVACIDADE

A presente Política de Privacidade poderá vir a ser atualizada, pelo que os titulares serão informados, num prazo razoável, quando as alterações revelem uma mudança fundamental na natureza do tratamento como, por exemplo, uma alteração das finalidades do tratamento, uma alteração da identidade do responsável pelo tratamento ou o alargamento das categorias de destinatários.